

## ARTICULAÇÃO TERRITORIAL E CONFORMAÇÃO URBANA DE PAU DOS FERROS-RN

Manoel Alex França Pereira<sup>1</sup>  
Juliana de Castro Souza<sup>2</sup>  
Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros<sup>3</sup>

### RESUMO

A fundação de Pau dos Ferros – constituição territorial e formas de povoamento decorrentes – foi influenciada diretamente pelos ciclos pecuaristas, o que a dotou de elementos característicos do advento das primeiras aglomerações potiguares do século XVIII. Posteriormente, seus aspectos territoriais e culturais foram influenciados diretamente por assuntos correlatos à ordem do poder religioso (Igreja Católica) e por sua lógica de localização como centro de comércio. Dessa forma, o entendimento da conformação territorial dessa localidade é condição intrínseca à compreensão de suas formas urbanas. Destarte, este artigo debate aspectos referentes à fundação da cidade, ao estudo da conformação de suas vias de comunicação no contexto do Rio Grande do Norte e de províncias/estados limítrofes (Paraíba e Ceará), além de seu papel e influência na construção e desenvolvimento das cidades do Alto-Oeste potiguar.

**Palavras-chave:** Fundação de vilas e cidades, articulação territorial, desenvolvimento urbano

### INTRODUÇÃO

A cidade de Pau dos Ferros, localizada no Rio Grande do Norte e situada na microrregião<sup>4</sup> do Alto Oeste, surgiu dentro do contexto de estruturação das primeiras aglomerações criadas no século XVIII e que foram configuradas, sobretudo, pela presença das ordens religiosas no território potiguar (TEIXEIRA, 2009). De acordo com Cascudo (1968), o

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)-  
ptt.alex10@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduando pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)-  
julianacastrosoouza@outlook.com.

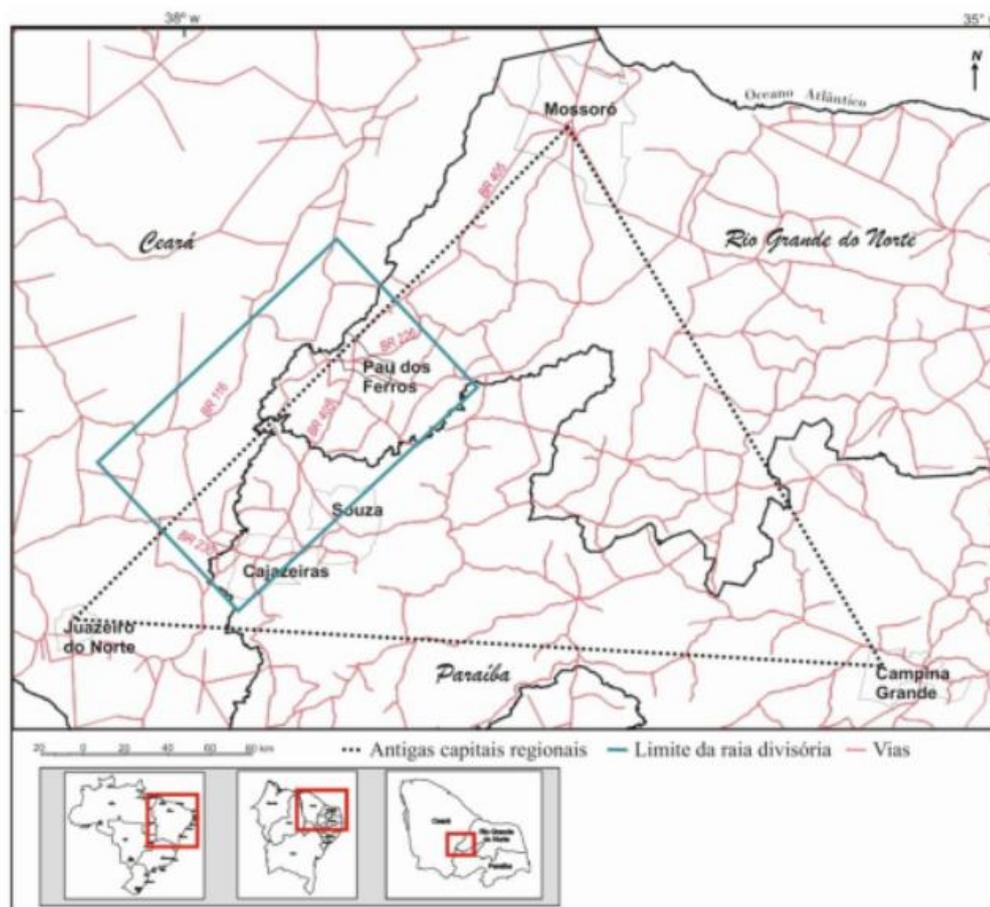
<sup>3</sup> Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

<sup>4</sup> Segundo a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), Microrregião se define como um conjunto de municípios limítrofes.

desbravamento do território de Pau dos Ferros está ligado diretamente ao ciclo do gado. A região foi descoberta, ao fim do século XVII, por bandeirantes vindos da Bahia e Pernambuco, que penetraram no interior da Capitania do Rio Grande pelas ribeiras do rio Piranhas e Apodi (LIMA, 1956). Sua fundação foi influenciada diretamente pelos boiadeiros. O topônimo remonta ao início do seu povoamento, quando, em virtude da existência de uma pequena lagoa, à margem da qual crescia uma frondosa árvore, os vaqueiros, comboeiros e boiadeiros da região descansavam e marcavam com ponta de faca o desenho dos ferros utilizados pelos fazendeiros para demarcar seus rebanhos. Há divergências na tradição quanto à natureza da árvore, se seria uma oiticica ou um jucá, entretanto, ficou conhecida na circunvizinhança por “pau dos ferros” e perdurou com este nome ao se tornar fazenda, freguesia e mesmo depois de nomeada município (BARRETO, 1987).

Ao tentar entender a rede urbana brasileira, especialmente a conformação desta no Nordeste, Andrade (1987) observa a existência de uma dupla dinâmica na qual se identificam características bastante diversas: enquanto que no litoral a rede urbana é composta pelas capitais dos estados e seu entorno – onde se concentram as atividades mais dinâmicas e os serviços mais complexos – no interior, esta rede urbana é dispersa e atomizada, formada por “antigas capitais regionais” e poucos centros que, apesar do menor dinamismo, desempenham papel importante na conformação regional.

Esses centros, situados em nível abaixo das capitais regionais, são de fundamental importância para a rede urbana nordestina interiorizada. São classificados pelo REGIC como Centros Sub-Regionais (IBGE, 2008), categoria que abarca a cidade de Pau dos Ferros. Apesar de ainda não apresentar características de uma cidade média, Dantas, Clementino e França (2015) destacam que sua localização – fronteira e no cruzamento das BR-405 com a BR-226 – reforça a influência do desenvolvimento regional, em especial através da oferta de serviços. A construção de uma “raia divisória” por esses autores retoma a configuração das antigas capitais regionais nordestinas, constituídas pelo triângulo Mossoró (RN), Campina Grande (PB) e Juazeiro do Norte (CE). Dentro da zona de definição desse triângulo estão situadas as “cidades médias” da região, que desempenham papel importante até os dias atuais, sendo elas Cajazeiras (PB), Sousa (PB) e Pau dos Ferros (RN) – esta última, em específico, localizada no centro de cruzamento das rodovias federais que perpassam esses três estados.



*Figura 1: LOCALIZAÇÃO DE PAU DOS FERROS, SOUSA E CAJAZEIRAS NA REDE URBANA NORDESTINA INTERIORIZADA*

*FONTE: DANTAS, CLEMENTINO, FRANÇA (2015) apud DANTAS (2014, p. 135)*

Portanto, a cidade de Pau dos Ferros pode ser classificada como centro sub-regional (IBGE, 2008), situação caracterizada, em especial, por sua localização estratégica e papel de intermediação regional. Partindo desse pressuposto territorial, este trabalho objetiva analisar parâmetros acerca do agenciamento territorial dessa cidade, contribuindo de forma preliminar ao entendimento do processo de conformação de redes urbanas no Rio Grande do Norte e sua relação com o desenvolvimento das cidades do Alto-Oeste potiguar e com o alto sertão paraibano e cearense. Parte-se das circunstâncias relacionadas à fundação da cidade de Pau dos Ferros – sua elevação às condições de vila e cidade e seu desenvolvimento urbano inicial – e de seu agenciamento territorial primordial, destacando a construção das primeiras vias de comunicação interprovinciais e intermunicipais e as características urbanas elementares.

## **METODOLOGIA**

O aporte do estudo remonta à base teórica dos dados históricos reunidos sobre a cidade de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, além do levantamento empírico de informações acerca da constituição e conformação da cidade a partir de documentos fornecidos pela Prefeitura e órgãos institucionais locais. Neste primeiro momento, o estudo baseia-se nas informações e acontecimentos ocorridos entre os anos da fundação de Pau dos Ferros no século XVIII, até fins do século XIX – e como esses acontecimentos influenciaram na conformação da cidade atual.

Dessa forma, este artigo se divide nos seguintes tópicos: 1) A fundação da cidade pela análise do aparato das relações históricas e culturais, tendo em vista a descoberta e posse de terras no local e 2) A configuração territorial influenciada pela Igreja Católica e a construção das primeiras vias de comunicação. Posteriormente, são discutidos aspectos referentes às dinâmicas populacionais e políticas, como por exemplo, aquelas relacionadas à construção da estrada de ferro de Mossoró a Souza – que passou pelo Alto Oeste. Por último, se faz uma abordagem da influência dos elementos citados no desenvolvimento urbano paufferrense.

É importante ressaltar que esta pesquisa faz parte de um projeto maior, intitulado “Formação de redes urbanas no Oeste Potiguar: caminhos, desenvolvimento urbano e arquitetura (1756-1950)”, da Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFERSA, *Campus* Pau dos Ferros, tendo como coordenador o professor Dr. Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros. Esse projeto possui, em linhas gerais, o intuito de estudar e entender o surgimento e evolução de cidades nordestinas e a conseqüente conformação de redes urbanas, suas relações econômicas e sociais, e sua influência no desenvolvimento dos povoamentos de forma independente e contínua ao longo da história.

## **DESENVOLVIMENTO**

A primeira data de sesmarias foi concedida a Manoel Negrão, em 1717, encravada no lugar denominado Podi dos Encantos. Negrão declarava ter descoberto na companhia de Domingos Borges de Abreu essa localidade. Entretanto, a data de sesmaria de Pau dos Ferros foi dada em 1733 aos filhos e herdeiros do Coronel Antonio da Rocha Pita – Luiz da Rocha Pita Deusdará, Francisco da Rocha Pita, Simão da Fonseca Pita e a Dona Maria Joana – que eram todos latifundiários do Rio Grande do Norte (ROCHA, PAIVA, BEZERRA, 1972).

Apesar de sua influência e de possuírem diversas propriedades na província<sup>5</sup>, os Rocha Pita jamais apareceram nas suas terras, visto que residiam na Bahia e em Pernambuco, onde também possuíam propriedades (BARRETO, 1987).

Desta forma, ainda em 1733, Francisco Marçal fundou a primeira fazenda de gado e ergueu a casa em que iria morar, fato este que incentivou primeiramente o crescimento populacional do local<sup>6</sup>, sendo necessário, em 1738, a construção da primeira capela e, em 1756, sua elevação à categoria de Matriz, tornando a povoação uma freguesia<sup>7</sup> (ROCHA, PAIVA, BEZERRA, 1972). Sempre, no sistema de povoamento brasileiro, e até ibero-americano, a freguesia antecipa o Município e é o primeiro sinal de valimento demográfico e da fixação de interesses humanos a defender regularmente no plano sagrado (CASCUDO, 1956).

Segundo Sampaio e Ferreira (2016), todos os territórios que enquadram atualmente o Alto Oeste Potiguar – como Pau dos Ferros – pertenciam à uma única jurisdição, a Vila de Portalegre. Terceira vila a ser fundada oficialmente no Rio Grande do Norte, sendo a primeira na região interiorana, Portalegre foi erguida em 08 de dezembro de 1761 – 28 anos após a data de sesmaria de Pau dos Ferros – e englobava os municípios de Apodi, Caraúbas e Janduís – atualmente parte da região do Sertão do Apodi – até São Miguel a oeste, limite com o Ceará (CAVALCANTE et al., 2010). Para Barreto (1987) Portalegre, em virtude de sua localização geográfica – em cima da serra do mesmo nome – apresentava sérios obstáculos e inconvenientes condições que em nada justificava a continuidade da tutela administrativa de Pau dos Ferros, que oferecia excelentes requisitos para exercer as diretrizes de sua autonomia governamental.

A povoação de Pau dos Ferros, devido a sua posição topográfica e as suas vias de comunicações, tinha mais movimento comercial e as suas relações com os centros mais adiantados do Rio Grande do Norte e das capitanias vizinhas eram mais intensas. Das três freguesias existentes a oeste da capitania, no fim do século XVIII – Apodi, Portalegre e Pau dos Ferros – esta última era a mais populosa e a de maior produção agrícola. Era, portanto, justo que os seus habitantes trabalhassem com intensidade e empenhassem todos os meios ao seu alcance para conseguirem a sua autonomia política e administrativa (BARRETO, 1987)

---

<sup>5</sup> Dentre elas Malhada Vermelha, Sítio dos Albuquerque, Sítio da Conceição, São Miguel, Sítio do Passarinho, Campo Grande, Santiago, Sítio da Telha, Passagem Velha, Aroeira, Santo Antônio, Cachoeira, Sítio de São João e Pau dos Ferros (BARRETO, 1987).

<sup>6</sup> Por sua centralidade como ponto de convergência entre os viajantes – fato este que resultou na fundação da cidade – com o tempo algumas necessidades básicas de convívio, como a religião, foram sendo expressas. De acordo com Lima (1956, p. 19) foi “preciso construir uma capela para atender às necessidades espirituais dos habitantes da localidade”.

<sup>7</sup> Freguesia pode ser um agrupamento ou povoação paroquiana. Um conjunto de fregueses de uma determinada paróquia. Nas províncias e cidades de Portugal, era a menor divisão administrativa (FERREIRA, 2010).

Após um longo itinerário de lutas e reivindicações políticas e religiosas, cujo período durou um século inteiro (1756-1876), em julho de 1841 os paufferrenses fizeram uma representação à Assembleia Provincial, assinada por 492 pessoas, solicitando, pela primeira vez, a criação do município de Pau dos Ferros – recusada pela assembleia legislativa em 4 de novembro de 1841. Somente em 4 de setembro de 1856, após a solicitação do então Deputado Benvenuto Vicente Fialho – em agosto do mesmo ano, na sessão da Assembleia Legislativa Provincial – é que o presidente da província Dr. Antônio Bernardo Passos sancionou a lei nº 344, elevando à categoria de vila a povoação de Pau dos Ferros, determinando os limites do novo município (BARRETO, 1987)

Possuindo, atualmente, cerca de 30.206 habitantes (IBGE, 2010), distribuídos numa área de 259,959 km<sup>2</sup>, Pau dos Ferros foi fundada inicialmente numa área que compreendia um território de 782 km<sup>2</sup>, mas que, somente em 1759 – de acordo com os dados obtidos no 1º Cartório de Imóveis de Pau dos Ferros, no livro 3-C de Transmissões das Transcrições<sup>8</sup>, de 28 de junho de 1963 (SAMPAIO, 2016) – é que as primeiras doações de terras foram realizadas destinadas à igreja, pelo Capitão-Mor Francisco Soares de Andrade e por Simão da Fonseca Pita, compreendendo um território de 800 braças de frente por 1800 braças de fundo – equivalente, atualmente, a 696,96 hectares de terra.

Esse aspecto da história da cidade, portanto, deu início à organização do território em relação ao pertencimento dos lotes às pessoas e ordens influentes da época, concentradas, ademais, majoritariamente nas mãos da Igreja Católica. O território, ora definido como objeto de ocupação e domínio (SANTOS, 1994), ora como subconjunto de facetas voltadas à noção de pertencimento do indivíduo (FELIPE, 1996), continuou, paulatinamente, no contexto paufferrense, a traçar sua forma iniciada pela ação dos boiadeiros. Outrossim, a localização da cidade constituiu um fator determinante na organização e crescimento do território, deliberando a sua expansão e contribuindo para a conformação da rede urbana.

Como visto na introdução, além de estar compreendida em um triângulo de cidades influentes como Mossoró- RN, Campina Grande- PB, e Juazeiro do Norte- CE (DANTAS, 2013), o município de Pau dos Ferros, desde o início dos seus assentamentos, apresentava ligação de suas vias às cidades influentes da época – como pode ser analisado no mapa elaborado por Williams e Crandall (1910), em que apresenta os estados do Rio Grande do Norte,

---

<sup>8</sup> Sob número de ordem de 3.363, fls. 273 a 274.

Ceará e Paraíba e suas vias de comunicação, expostos na Figura 2. De acordo com o mapa, Pau dos Ferros, além da sua centralidade já mencionada neste estudo, possuía ligação viária direta com três cidades significativas da época – sendo estas Icó-CE, Apodi-RN, Caicó-RN e Sousa-PB, o que contribuiu diretamente para a conformação das vias atuais locais e para o crescimento urbano e comercial.

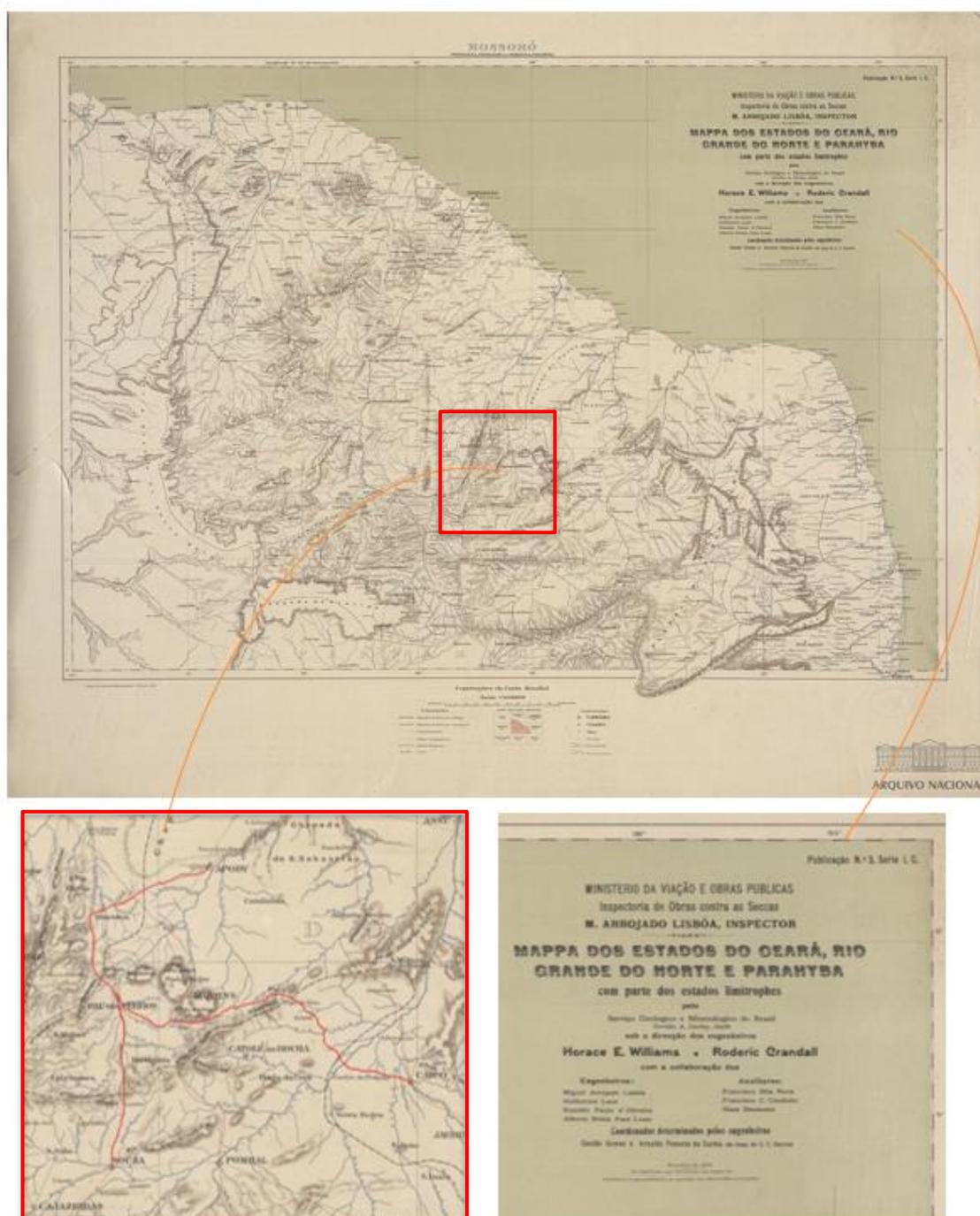


Figura 2: Mapa dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba (WILLIAMS, CRANDALL, 1910). Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/38343451125>>. Ampliações feitas pelos autores

Considerada então como “cidade fronteira”, Pau dos Ferros exerce a centralidade definida por Dantas (2013) ao influenciar o comércio das cidades que estabelecem fronteira com o município. Apresenta uma rede de negócios que ampliam as ofertas de empregos e desde 2003 passou a influenciar diretamente na formação acadêmica da região, a partir da expansão de novos cursos de graduação da UERN e a instalação dos *campi* da Ufersa e Ifrn.

Além disso, o setor de saúde também exerce forte contribuição na consolidação dessa centralidade hierárquica que a cidade de Pau dos Ferros possui, como afirma Dantas (2014, p. 139): “A centralidade de Pau dos Ferros também ocorre na oferta dos serviços de saúde. O fato de a cidade ter atuado desde o início do processo de regionalização (1975) como polo regional de saúde do Alto Oeste Potiguar, já demonstra sua atuação regional em termos de prestação dos serviços de saúde pública”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Primeira construção religiosa a ser erigida no local, o edifício da Igreja Católica manteve papel importante na constituição de uma identidade religiosa dos primeiros povos de Pau dos Ferros. A devoção das pessoas, atualmente ainda continuada em forma de procissões e festividades anuais, resultou na doação de quantias significativas para essa instituição, bem como, de terras no município, o que ocasionou o estabelecimento de uma configuração fundiária peculiar (Sampaio, 2016). Dessa forma, os aspectos religiosos foram determinantes na história de Pau dos Ferros.

A primeira capela da Igreja Católica foi erigida no assentamento original entre os anos de 1738-1756. A vinculação da organização religiosa e sua posse territorial às leis de Estado viria a ser o marco de constituição da cidade. Entretanto, a oficialização da propriedade direta das terras pela Igreja ocorreu somente em 1850, quando, por meio do Registro do Vigário<sup>9</sup>, os então líderes da igreja puderam registrar legalmente a posse da terra sobre a área doada, amparada pela Lei 601, a Lei de Terras, que originou o Registro Imobiliário no país (Aquino, et al 2014). Sua contribuição, portanto, consistiu na formação de um domínio fundiário, que é

---

<sup>9</sup> O Registro do Vigário, como ficou conhecido, constituía no processo de regulamentação das terras de sesmarias existentes no Brasil Colônia por meio do Vigário da Igreja Católica. Esse registro, inicialmente, foi executado com base na Lei 601, de 18 de setembro de 1850 e no Regulamento 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que serviram como base para criação das leis de Registro de Imóveis no Brasil.

mantido pela Igreja até os dias atuais – por meio da aplicação do instrumento da enfiteuse<sup>10</sup> – e que influencia decisivamente a estrutura urbana paufferrense. O simbolismo da edificação da Igreja Matriz, em conjunto com o espaço da praça adjunta, resultou em 1956 na ereção de um obelisco, durante as comemorações do bicentenário da freguesia de Pau dos Ferros e centenário do município. Este marco foi erguido a pedido da população no local que era ocupado pela árvore que deu origem ao topônimo da cidade (BARRETO, 1987). De autoria do arquiteto baiano Dr. Oscar de Souza Lélis, em uma das placas de bronze cravadas no obelisco estão escritos os seguintes dizeres alusivos à criação da freguesia de N. Senhora da Conceição – Padroeira local.

No povoado em honra à virgem foi erguida uma tosca capela, na qual oraram os primeiros paufferrenses. Pela graça de Deus foi criada a freguesia a 19-12-1756. Dois séculos de fé enobrecem este povo, súdito da Imaculada Conceição. Paroquiato do Cônego Manoel Caminha Freire (BARRETO, p.14, 1987)

A dinâmica social do local determinou sua organização espacial e o aumento de seu povoamento, seja devido à busca de novas condições de subsistência ou de novas oportunidades, seja influenciando a dinâmica territorial, seus caminhos e formas. No âmbito da construção e aglomeração e, conseqüentemente, mudança no traçado urbano, essa dinâmica também foi determinante.

Os contatos e relacionamentos entre grupos e indivíduos de regiões separadas e que se integram através dos meios de comunicações e outras formas de aproximação e intercâmbio, valem sobretudo como contribuição ao alargamento das fronteiras socioculturais das populações primitivamente insuladas (BARRETO, p.124, 1987)

Pau dos Ferros, desta forma, teve também em seu crescimento elementos relacionados à sua função de cidade centralizada no espaço exercido pelas linhas comerciais das pequenas cidades do Alto Oeste potiguar, tendo atraído populações para o local, que contribuíram a sua expansão. Barreto (1987, p.80) afirma que: “Depois, foram chegando moradores das vizinhanças atraídos pela popularidade e importância comercial da feira<sup>11</sup> e alargando o intercâmbio social e econômico do município e da própria região”.

---

<sup>10</sup> Consiste na permissão dada pelo proprietário de entregar a outrem todos os direitos sobre a coisa de tal forma que o terceiro que recebeu (enfiteuta) passe a ter o domínio útil da coisa mediante pagamento de uma pensão ou foro ao senhorio (BRASIL, Código Civil, art. 678, 1916)

<sup>11</sup> Criada em 1859, foi o marco no desenvolvimento do comércio local e regional e, após uma pausa e retorno no ano de 1868, perdura até os dias atuais (BARRETO, 1987)

Nas primeiras décadas do século XX, as dinâmicas econômica e territorial da cidade foram afetadas pelas discussões políticas acerca da definição do traçado da ferrovia entre Mossoró e Souza, que porventura passaria nas proximidades de Pau dos Ferros (pela Serra de Martins e municípios). Inicialmente projetada para solucionar a problemática das secas, a ferrovia contribuiria significativamente no contexto do Alto Oeste ao fortalecimento das relações político-sociais e de novas redes de comunicação entre as cidades da região.

Em 1903, as discussões políticas sobre a construção dessa ferrovia – eixo de implementação de uma nova dinâmica social das atividades locais, que sofriam então com o flagelo da seca e com a miséria decorrente – foram pautadas pelos meios midiáticos. Entretanto, somente em 1909, após constantes paralisações da obra e divergências na completude da construção, as obras foram retomadas por meio da intervenção do Senador Fernandes Sales Meira e Sá (FILHO, 2000).

O Traçado estabelecido inicialmente, no entanto, que passaria por Apodi e Pau dos Ferros, concedido a Ulrich Graf em 1875, não é implementado. Foi construído um traçado que percorria a Serra de Martins, mas especificamente os municípios de Gov. Dix-Sept Rosado (São Sebastião), Caraúbas, Almino Afonso, Frutuoso Gomes, Antônio Martins, Patu e Alexandria. Dali se dirigindo a Souza-PB (ROSADO, 1998). Apesar de não passar diretamente na cidade de Pau dos Ferros, por se constituir a cidade de maior dinâmica comercial das pequenas cidades do Alto Oeste Potiguar, a linha férrea fomentou atividades no desenvolvimento do comércio e em sua relação com as cidades atendidas pela via férrea, uma vez que fluxos eram estabelecidos até as estações para deslocamento de pessoas e mercadorias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com efeito, a caracterização e dimensão dos elementos de formação, desenvolvimento, expansão e conformação urbana de Pau dos Ferros remete a fatores intrinsecamente associados à ordem religiosa, política e cultural do município. A igreja Católica, por instância, possuiu, desde sua formação, acesso às terras que foram se moldando ao longo da sua configuração como território. Da sua formação, iniciada pelos boiadeiros, que traçaram caminho por estas terras, também contribuiu fortemente a chegada de novas pessoas em busca de comércio no local, uma vez que a cidade desde muito cedo é centro comercial para a circunvizinhança. O início da formação de uma rede urbana capitaneada por Pau dos Ferros, ademais, cinde a estes elementos que, porventura, poderiam ter sido desenvolvidos com maior abertura caso a linha férrea tivesse,

de fato, se concretizado. Esses aspectos serão aprofundados em estudos futuros, onde essas dinâmicas poderão ser analisadas mais pormenorizadamente.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel C. **Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1987.

AQUINO, Jefferson Correia de. **Panorama de Pau dos ferros. In: Revista comemorativa do bi-centenário da paróquia e centenário do município de Pau dos Ferros (1756 - 1856-1956)**. Natal: Centro de Imprensa S. A., 1956. p.39-44.

BARRETO, José J. **Pau dos Ferros: História, tradição e realidade**. Natal: Clima, 1987.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

CAVALCANTE, Maria B.; DIAS, Thiago A.; DINIZ, Mônica (Org.). **Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento – 250 anos de fundação de Portalegre**. Natal,; EDUFERN, 2010

CASCUDO, Luís da C. **Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1968. (Coleção Cultura)

CASCUDO, Luís da C. **O 2º centenário da quinta freguesia do Rio Grande do Norte**. In: Revista Comemorativa do bi-centenário da paróquia e centenário do município de Pau dos Ferros (1756 - 1856 - 1956). Natal: Centro de Imprensa S. A., 1956.

DANTAS, Joseney R. de Q.; CLEMENTINO, Maria do L. M.; FRANÇA, Rosana S. de. **A cidade média interiorizada: Pau dos Ferros no desenvolvimento regional**. Tecnologia e Sociedade, vol. 11, núm. 23, julho-diciembre, 2015, pp. 129-148. Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, Brasil.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p.

FELIPE, José Lacerda A. **A geografia retorna ao lugar- território e territorialidades**. Mossoró: Fundação Vingt-UM Rosado, Coleção Mossoroense, Série C, n. 908, 1996.

FILHO, José V. Camelo, **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro**- Campinas, São Paulo, 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro – Direito das Coisas**, 5º volume, 5ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2010;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de influência das cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010** - Dados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA, Manoel J. de. **Monografia histórico-corográfica de Pau dos Ferros**. Natal, 1956. (mimeografado)

ROCHA, Ana M. G.; PAIVA, Maria do S. de; BEZERRA, Maria do C. C. **Pau dos Ferros sua origem e desenvolvimento**. Pau dos Ferros: Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, 1972.

SAMPAIO, Ana L. P.; FERREIRA, Angela L. **Aspectos da religiosidade na constituição territorial de Pau dos Ferros/Brasil**. João Pessoa, 2016

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/ ANPUR, 1994.

TEIXEIRA, Rubenilson B. **Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana**. Natal: EDUFRN, 2009

WILLIAMS, Horace E.; CRANDALL, Roderic. **Mappa dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba – com parte dos estudos limítrophes**. 1910. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/38343451125>>. Acesso em: 29 de julho de 2019